

**PROCESSO** - A.I. Nº 232954.0004/01-2  
**RECORRENTE** - TRANSTEC NORDESTE MÁQUINA LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO DE REVISTA – Acórdão 1ªCJF nº 0083-11/02  
**ORIGEM** - INFAZ ALAGOINHAS  
**INTERNET** - 12.07.02

**CÂMARA SUPERIOR**

**ACÓRDÃO CS Nº 0087-21/02**

**EMENTA:** ICMS: INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. Decisão emanada de Junta de Julgamento Fiscal é imprestável como paradigma, de acordo com o art. 169, inciso II, “a”, do RPAF. Recurso **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata o presente de Recurso de Revista apresentado contra a Decisão proferida pela 1ª CJF, constante do Acórdão nº 0083-11/02, que em sede de Recurso Voluntário negou-lhe provimento para manter a Decisão de 1ª Instância que julgou Procedente as exigências fiscais ora contestadas, que tratam de utilização indevida de crédito fiscal por optante de crédito presumido e recolhimento a menor do ICMS em decorrência de divergência entre os valores lançados nos livros Registro de Saídas e no de Apuração.

No Recurso em apreço – fls. 118 a 123 – o sujeito passivo cita, para efeito de sua admissibilidade, o Acórdão JJF nº 0245/01, que, a seu ver, teria decidido de maneira diversa a do presente Auto de Infração, embora tratasse de questão idêntica a ora sob apreciação.

No mérito, repete os argumentos apresentados na sua peça defensiva e no seu Recurso Voluntário, no sentido de que a legislação veda tão somente os créditos normais, oriundos de aquisição de insumos utilizados na atividade de prestação de serviço de transporte, não atingindo os bens do ativo. Insiste que esta é a correta interpretação da expressão “vedado quaisquer créditos”, constante do inciso XI, do art. 96, do RICMS/97, como decidiu a Decisão citada como paradigma.. Afirma que a interpretação deve ser sistemática, e que a própria Administração Tributária vem assim entendendo ao excepcionar as vedações em relação aos créditos oriundos de aquisição de bens do ativo em situações análogas, como o fez em relação ao Decreto nº 7.909/01, que dispõe sobre antecipação tributária nas operações com farinha de trigo e seus produtos, com base no Protocolo ICMS nº 05/01. Ao final, requer o julgamento pela Improcedência da autuação.

A PROFAZ, à fl. 128– manifesta-se pelo Não Conhecimento do Recurso, por entender não preenchidos os requisitos para a sua admissibilidade, já que não apresentada Decisão Paradigma, pois a Decisão acostada foi proferida por Junta de Julgamento Fiscal, não se prestando como tal, de acordo com o que determina o RPAF.

**VOTO**

Em consonância com o opinativo da Douta PROFAZ, entendemos que de fato inexistem os requisitos de admissibilidade para conhecimento do presente Recurso de Revista, a uma porque a Decisão apresentada foi emanada de Junta de Julgamento Fiscal, portanto imprestável como paradigma, a

teor do art. 169, II, “a”, do RPAF/99, e, a duas, porque trata de matéria diversa da constante nos autos, como já reiteradamente frisado pela Decisão de Primeira Instância e pela Decisão ora Recorrida.

Do exposto, somos pelo NÃO CONHECIMENTO do Recurso de Revista apresentado.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da Câmara Superior do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Recurso de Revista apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232954.0004/01-2**, lavrado contra **TRANSTEC NORDESTE MÁQUINAS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$301.807,42**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a”, e VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de junho de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

SANDRA URÂNIA SILVA ANDRADE – RELATORA

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA - REPR. DA PROFUZ